

Ano XXIV nº 6461 – 16 de novembro de 2021

Quatro anos de reforma trabalhista: retirada de direitos e nada de empregos



O ministro da Fazenda do então presidente da República Michel Temer (MDB), o banqueiro Henrique Meirelles, criou a reforma trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional, prometendo gerar milhões de empregos com a mudança na legislação para os contratos empregatícios.

A proposta abriu a porteira para a terceirização, inclusive de áreas fins, permitindo também a suspensão do contrato de trabalho e a contratação temporária através do chamado trabalho intermitente, retirando direitos conquistados pelos trabalhadores ainda no governo Getúlio Vargas, previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A promessa de Temer e Meirelles não foi cumprida, após quatro anos da reforma que beneficiou apenas o empregador. O Brasil tem atualmente 14,1 milhões de desempregados, ou seja, 13,7% da população, além de mais seis milhões de desalentados (desistiram de procurar emprego) e a informalidade até cresceu: 40,5% em 2017 e 40,8% em 2021 segundo dados oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O próprio Michel Temer admitiu recentemente num encontro com empresários, que "exagerou" na promessa de gerar milhões de empregos. Temer chegou à presidência do Brasil após participar do impeachment, na verdade fruto de um golpe, que derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT), reeleita com 54,5 milhões de votos, derrotando, na época, o candidato do PSDB, Aécio Neves no segundo turno, que teve 50,9 milhões de votos.

O governo Jair Bolsonaro manteve a mesma linha neoliberal de Temer e o seu ministro da Economia, o também banqueiro Paulo Guedes, aprofundou a recessão, com a reforma previdenciária, que reduziu a média dos benefícios de aposentadorias e pensões do INSS e criou minirreformas que retiram direitos. Esta política econômica agravou a crise, fez explodir a inflação, achatou a renda do trabalhador e não gerou empregos. A retirada de mais direitos foi imposta tendo como justificativa a pandemia da Covid-19, mas Bolsonaro tentou ainda, prorrogar a contratação sem direitos, através da Medida Provisória 1045/2021, derrubada no Congresso Nacional graças à mobilização do movimento sindical e da oposição no parlamento brasileiro. A proposta acabava ainda com o acesso gratuito à Justiça Trabalhista para inibir o trabalhador a buscar recuperar seus direitos no campo jurídico.

Bancos têm 3º maior lucro consolidado da história

Os quatro maiores bancos do Brasil divulgaram a lucratividade do terceiro trimestre deste ano e mais uma vez os resultados são de cair o queixo, sobretudo no atual contexto de pandemia de Covid-19. De julho a setembro, o lucro líquido consolidado do Bradesco, Itaú, Santander e BB alcançou R\$ 21,3 bilhões. Terceiro maior da história.

Entre os quatro, a alta do Bradesco no período foi a maior. Avançou 58,6% na comparação com o terceiro trimestre de 2020. O que não impediu que o segundo maior banco do país colocasse 8.198 funcionários para fora em 12 meses encerrados em setembro, quando contava com 87.736 empregados.

Com os resultados do terceiro trimestre, o Bradesco – R\$ 6,64 bilhões, Itaú – R\$ 5,78 bilhões, Banco do Brasil – R\$ 4,60 bilhões e Santander – R\$ 4,27 bilhões, o crescimento foi de 36,75% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 15,582 bilhões). Em contrapartida, mais de 15 mil empregados foram demitidos em um ano.

O maior lucro consolidado das organizações financeiras foi também neste ano, no segundo trimestre, com R\$ 23,1 bilhões, segundo a Economática. No quarto trimestre de 2019, obtiveram a segunda maior lucratividade chegando a R\$ 21,8 bilhões. Os dados reforçam o quanto os bancos não se abalam com as crises enfrentadas pelo Brasil e pelo mundo.

